



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

CLAUDINEIDE SOARES SILVA

**INTERVENÇÃO SÓCIO PEDAGÓGICA NO CREAS II: RESSOCIALIZAÇÃO DE
ADOLESCENTES E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS**

CAMPINA GRANDE, PB

2018

CLAUDINEIDE SOARES SILVA

**INTERVENÇÃO SÓCIO PEDAGÓGICA NO CREAS II: RESSOCIALIZAÇÃO DE
ADOLESCENTES E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS**

Artigo apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Sheyla Suely de Souza Silva, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

CAMPINA GRANDE, PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva, Claudineide Soares.
Intervenção sócio pedagógica no CREAS II [manuscrito] :
ressocialização de adolescentes e questões contemporâneas. /
Claudineide Soares Silva. - 2018.
33 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Sheyla Suely de Sousa Silva ,
Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Medida socioeducativa. 2. Relações intergeracionais. 3.
Direito LGBT. 4. CREAS II.

21. ed. CDD 362.7

CLAUDINEIDE SOARES SILVA

INTERVENÇÃO SÓCIO PEDAGÓGICA NO CREAS II: RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

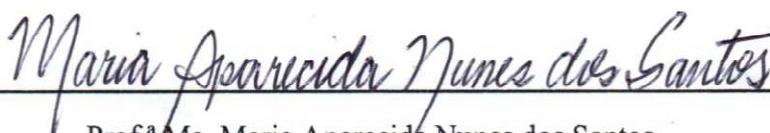
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Prof.^a Sheyla Suely de Souza Silva.

Aprovada em: 19/06/2018

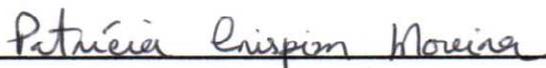
BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Dra. Sheyla Suely de Souza Silva
Orientadora



Prof.^a Ma. Maria Aparecida Nunes dos Santos
1^a Examinadora



Prof.^a Ma. Patrícia Crispim Moreira
2^a Examinadora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. A INSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	06
2.1 A contribuição do CREAS na efetivação das medidas Sócioeducativas.....	08
3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL.....	09
3.1 Vivências e experiências na aproximação do cotidiano profissional.....	09
4. RESSOCIALIZANDO ADOLESCENTES PARA UMA CONVIVÊNCIA RESPEITOSA COM A VELHICE E A DIVERSIDADE.....	15
4.1 Discutindo relações intergeracionais	16
4.2 Discutindo direitos LGBTs.....	24
5. CONSIDERAÇÕES.....	29
6. REFERÊNCIAS.....	30

INTERVENÇÃO SÓCIO PEDAGÓGICA NO CREAS II: RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

CLAUDINEIDE SOARES SILVA*

RESUMO

Este artigo é resultado da nossa experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social II (CREAS II), em Campina Grande, PB, equipamento que compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e atende famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, prestando serviços de média complexidade. Um dos serviços mais característicos do CREAS II é o acompanhamento das medidas socioeducativas (MSE), aplicadas a adolescentes que cometeram algum ato infracional. As medidas mais frequentes são: Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA). Tivemos ricas experiências no cotidiano do campo de estágio e, durante o período de observação, identificamos que diversos adolescentes residiam com seus avós, muitos deles apresentando relações conflituosas com os mesmos, e que tanto os adolescentes quanto a própria equipe técnica encontravam dificuldades para lidar com as novas demandas e o cumprimento dos direitos do segmento LGBT. Assim, tomando como referência os preceitos ético-políticos da atuação profissional do Serviço Social, nosso Projeto de Intervenção – apresentado, aprovado e desenvolvido no CREAS II – teve por objetivo: contribuir com o processo de ressocialização dos adolescentes em cumprimento de MSE, numa perspectiva de fortalecimento de seus vínculos intergeracionais e de convivência respeitosa e democrática com as pessoas idosas e pessoas LGBTs. Na execução do Projeto, realizamos encontros sobre as temáticas das Relações Intergeracionais e dos Direitos LGBTs, durante os quais realizamos diversas atividades socioeducativas tais como: palestras, dinâmicas, oficinas, grupos de discussões, apresentação de vídeos, dentre outras. Em nossa avaliação, a intervenção foi exitosa, pois, promovemos um debate qualificado sobre as temáticas propostas e estimulamos nos adolescentes posturas de respeito às pessoas idosas e às pessoas LGBTs, fortalecendo seus vínculos familiares e comunitários e, assim, contribuimos de forma sociopedagógica com o cumprimento das MSE e com a ressocialização desses adolescentes, conforme estabelece o marco legal que normatiza as MSE.

Palavras chave: Estágio Supervisionado em Serviço Social. CREAS II. Medidas Socioeducativas. Relações Intergeracionais. Direitos LGBTs.

* Formanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: claudineidesoares31@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo – elaborado em cumprimento da exigência para a conclusão do Curso de Serviço Social da UEPB e obtenção do título de Bacharela em Serviço Social – apresenta um relato crítico da experiência de estágio, realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social II (CREAS-II), na cidade de Campina Grande, PB.

A partir de nossa inserção em campo de estágio, nos aproximamos da acumulação teórica sobre a proteção social, a Política de Assistência Social no Brasil e do cotidiano profissional do Assistente Social no âmbito desta Política, mais especificamente do CREAS II, bem como das expressões da Questão Social vivenciadas pelos usuários dos serviços prestados pela instituição, a qual acompanha casos de violação de direitos (VD) e a execução de Medidas Sócio-Educativas (MSE).

A Assistência Social, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é uma política pública, incluída no âmbito da Seguridade Social, junto às políticas da Saúde e de Previdência Social. O CREAS, por sua vez, está inserido na Proteção Social Especial e é uma entidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingências, que demandam intervenções especializadas da proteção especial (BRASIL, Lei nº 12.435, julho de 2011).

A atuação do profissional de Serviço Social na Política de Assistência Social é fundamental, pois este é o profissional mais habilitado a lidar com as expressões da Questão Social que permeiam o cotidiano de qualquer instituição que faça parte desta Política. É, inclusive, indispensável que faça parte da equipe dos CREAS, segundo o marco legal vigente desta política social setorial.

No CREAS II de Campina Grande, por exemplo, fazem parte da equipe: três assistentes sociais, uma pedagoga, uma psicopedagoga, duas psicólogas, uma advogada, dois orientadores sociais, dois auxiliares administrativos, dois serviços gerais, um auxiliar de cozinha, cinco vigias e um coordenador (Relatório anual, CREAS II, 2016). A nosso ver, o Serviço Social se destaca pela totalidade de sua abordagem, pois, não resume cada caso àquilo que lhe aparece como demanda, mas procura compreender o que existe por trás daquela demanda principal ou imediata.

O estágio supervisionado é o momento através do qual temos a possibilidade de nos aproximar do cotidiano profissional. É uma das atividades curriculares obrigatórias, que se

configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, com o objetivo de capacitá-lo para o exercício profissional, através de um processo de supervisão sistemática, que, necessariamente, deve incluir um professor supervisor e um profissional de campo (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Através de nossas observações e anotações em diário de campo, visualizamos a demanda e a possibilidade de trabalharmos as seguintes temáticas: Relações Intergeracionais e Direitos LGBTQs, sobre as quais elaboramos nosso Projeto de Intervenção; o qual teve o objetivo principal de contribuir com o processo de ressocialização dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa, buscando fortalecer seus vínculos intergeracionais e estimular uma convivência respeitosa e democrática com as pessoas idosas e pessoas LGBTQs. Para tanto, realizamos debates qualificados com o grupo de adolescentes, bem como desenvolvemos várias atividades socioeducativas, tais como palestras, dinâmicas, oficinas, vídeos etc., cujos resultados relatamos neste artigo.

A estrutura do artigo está dividida da seguinte forma: primeiro, apresentamos um breve histórico da Política de Assistência Social no Brasil e seus níveis de proteção social básica e proteção social especial, sendo este último o âmbito de atuação dos CREAS de modo geral e do CREAS II/CG em particular, sobre o qual fazemos um pequeno detalhamento, enfatizando as Medidas Sócio-Educativas.

No item seguinte, abordamos a questão do Estágio Supervisionado em Serviço Social, em especial na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), o qual zela pelas orientações do currículo mínimo proposto pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Neste mesmo item, apresentamos um breve perfil do adolescente que cumpre medida socioeducativa no CREAS II/CG e relatamos a experiência do estágio e, ainda, no âmbito dessa experiência, a execução do nosso projeto de intervenção, que teve como título: **Intervenção Sócio Pedagógica no CREAS II: ressocialização de adolescentes e questões contemporâneas.**

Por fim, tecemos algumas considerações acerca da nossa experiência em campo de estágio, destacando as nossas avaliações desse processo, seus resultados e desdobramentos.

2. A INSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

A Constituição Federal de 1988 instituiu a assistência social como política pública, incluída no âmbito da Seguridade Social, junto às políticas de Saúde e Previdência Social. Posteriormente regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de dezembro

de 1993, a assistência social transita, assim, segundo a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS-2005), para a perspectiva de um conjunto de ações voltadas ao campo do direito, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, passando a ter caráter de política pública de proteção social, integrante do sistema brasileiro de Seguridade Social (NOB/ SUAS, 2005) ¹.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por sua vez, constitui-se na organização, em todo o território nacional, das ações socioassistenciais, baseadas na nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). O objetivo dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pelo Sistema é priorizar o atendimento às famílias e seus membros e indivíduos, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O SUAS é, pois, a organização de uma rede de serviços, ações e benefícios de diferentes complexidades, que se organizam por níveis de proteção social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (NOB/SUAS, 2005).

Os objetivos da Proteção Social Básica são prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços são executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e destinados à população que vive em situação de vulnerabilidade social e riscos, são elas: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem apresentar risco pessoal e social (PNAS, 2004).

Já a Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situações de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2004). Faz parte da proteção social especial, a média e alta complexidade. A proteção especial de média complexidade envolve também o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, visando à orientação e ao convívio

¹ A Assistência Social antes da Constituição Federal de 1988 era espontaneista, atrelada à filantropia e realizada através de ações pulverizadas. A esse respeito ver, por exemplo, Simões (2014), Bosquetti (2003), Sposati (1995).

sociofamiliar e comunitário. Os serviços de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontrem sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados do seu núcleo familiar e, ou, comunitário (PNAS, 2004).

2.1 A contribuição do CREAS na efetivação das Medidas Sócioeducativas

De acordo com a definição dada pela Lei 12.435/2011, o CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS, a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, devido a violações de direitos (Brasil/Presidência da República, 2011).

O CREAS II² do município de Campina Grande executa serviços de média complexidade, oferecendo Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) que tiveram seus direitos violados e/ou rompimento de seus vínculos familiares. Um dos serviços mais característicos do CREAS II são as medidas socioeducativas em meio aberto: Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), as quais são aplicadas a adolescentes que tenham cometido algum “ato infracional”.

Ato infracional é uma ação praticada por uma criança ou adolescente, que esteja prevista na lei como crime ou contravenção penal; dessa forma, criança e adolescente pratica ato infracional, não crime. Do mesmo modo, diferentemente dos adultos, a criança ou adolescente não recebe uma “pena”, mas uma “medida protetiva”, dentre as descritas no art. 101 do ECA, quando se trata de uma criança, enquanto o adolescente recebe uma ou mais “medidas socioeducativas”, dentre as descritas no art.112 do ECA. Em alguns casos, um adolescente pode receber medida protetiva - como a descrita no inciso III do art.101, que se trata de matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental - cumulada à medida socioeducativa de prestação de serviço a comunidade (PSC) e/ou de liberdade assistida (LA).

Detalhes sobre as medidas socioeducativas, bem como medidas protetivas, serão tratados posteriormente, como também será descrita a experiência em campo de estágio, realizada no CREAS-II de Campina Grande, antes disso, vamos nos deter ao que se trata de Estágio Supervisionado em Serviço Social.

² Campina Grande conta com três CREAS: o CREAS I está situado no bairro da Liberdade, o CREAS II no Novo Cruzeiro e o CREAS III no bairro no Alto Branco.

3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL.

Segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Estágio Supervisionado é uma das atividades curriculares obrigatórias que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, com o objetivo de capacitá-lo para o exercício profissional, através de um processo de supervisão sistemática, que, necessariamente, deve incluir um professor supervisor e um profissional de campo, a partir de um plano de estágio elaborado em conjunto pelas unidades de ensino e instituições concedentes de estágio (ABESS/CEDEPSS, 1996)³.

O Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) prima pelo cumprimento e observância das orientações da ABEPSS, destinando uma Carga Horária total de 480 horas para o Estágio Supervisionado Obrigatório. Segundo o Projeto Pedagógico vigente, a duração do Estágio é de três semestres consecutivos, conforme especificado a seguir: Estágio Supervisionado em Serviço Social I, Estágio Supervisionado em Serviço Social II e Estágio Supervisionado em Serviço Social III (Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UEPB, 2016).

O primeiro período de estágio é dedicado à observação do Campo; é quando o aluno tem a possibilidade de observar e caracterizar o funcionamento do campo, o tipo de serviço, a equipe técnica, as demandas, as respostas profissionais etc.; no segundo semestre, inicia-se uma maior participação junto à atuação do profissional de Serviço Social e o estagiário começa a realizar algumas atividades sob supervisão, buscando identificar e sistematizar possibilidades de contribuir na intervenção e, ou desenvolver pesquisa naquela área/unidade institucional; por fim, no terceiro e último período do estágio, desenvolvemos e aplicamos o Projeto de Intervenção e, ou Pesquisa, de acordo com as demandas visualizadas na instituição e ainda sob a supervisão acadêmica e de campo. Cada etapa e período do Estágio serão descritos a partir de agora com a experiência vivida no cotidiano da instituição.

3.1 Vivências e experiências na aproximação com o Cotidiano Profissional

³ A ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) foi criada em 1946; em 1979, transformou-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Em 1980 criou-se o CEDEPSS (Centro de Documentação e Pesquisas em Políticas Sociais e Serviço Social) atendendo a novas demandas. E em 1996 houve a junção de nome para ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), na defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Importante referir também que a Política Nacional de Estágio (PNE-2010) e a Resolução 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social, constituem importantes instrumentos normativos que regulamentam o Estágio Supervisionado em Serviço Social.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social Jornalista Geraldo Batista dos Santos (CREAS-II), nosso campo de estágio, fica localizado na Rua Antônio Cirilo Gomes, nº108, Conjunto Novo Cruzeiro, Campina Grande, Paraíba. A estrutura física da instituição é um padrão seguido pelas “Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social” (BRASILIA, 2011). Este é um tipo de cartilha com todas as recomendações, desde o planejamento para implantação dos CREAS, até sua estrutura física, organizacional, funcional, avaliação etc.

Algumas experiências vivenciadas no CREAS II nos aproximaram da atuação do assistente social junto à Política de Assistência Social, no enfrentamento às expressões da questão social⁴ e na viabilização do acesso aos direitos. Desde o primeiro dia que chegamos ao referido campo, tivemos ricas experiências, através de um contato direto e institucionalizado com algumas das expressões da questão social, que ali se apresentam na particularidade e singularidade de demandas à instituição do CREAS. Este contato se materializava através das visitas domiciliares; visitas institucionais; acolhimentos realizados na instituição a adolescentes e suas famílias etc. Também houve momentos em que participamos de reuniões em outras instituições, acompanhadas da assistente social, a exemplo da Vara da Infância e da Juventude e da Casa da Esperança, e de reuniões da equipe multiprofissional do próprio CREAS. Nessas ocasiões, utilizamos bastante a técnica de Observação, que, segundo Rudio (2008), deve ser considerada “[...] ponto de partida para todo estudo científico e meio para verificar e validar os conhecimentos adquiridos”; assim, enquanto técnica, a Observação:

Não se trata apenas de ver, mas de examinar. Não se trata somente de entender, mas de auscultar. Trata-se também de ler documentos (livros, jornais, impressos diversos) na medida em que estes não somente nos informam dos resultados das observações e pesquisas feitas por outros, mas traduzem também a reação dos seus autores (Minon, *apud* Rudio, 2008).

A recomendação e o uso desta técnica nos permitiram não apenas observar, mas compreender melhor “o que se passava diante de nossos olhos”, bem como relacionar os acontecimentos, demandas e ações cotidianas com problemas de ordem mais ampla, que ultrapassavam o que se apresentava como demanda principal para instituição, numa perspectiva de totalidade.

⁴ Assim como Iamamoto (2011, p 27), entendemos a Questão Social como: “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” .

Para tanto, como subsídio da Observação, foi de fundamental importância a ênfase dada pela Supervisora Acadêmica ao instrumento do Diário de Campo⁵, o que nos permitiu fazer os principais registros que, posteriormente, serviram de subsídios para a identificação das demandas para o Projeto de Intervenção⁶, bem como para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Dentre as principais observações registradas no diário de campo, a maior inquietação foi a resistência de muitas instituições em aceitar adolescentes para cumprir a MSE; muitas afirmavam só os receberem porque se tratava de determinação judicial. A primeira pergunta, que principalmente os gestores de escolas faziam, era: “o que foi que ele fez?”; dentre os principais argumentos para fundamentar a negativa em receber o adolescente predominava o de que seria perigoso para as crianças conviverem com um adolescente infrator e o de que temiam “acertos de conta” dentro da instituição.

Embora escassas, também havia as instituições receptivas aos jovens para o cumprimento das medidas; temos como exemplos o Hospital Dr. Edgley e o Centro de Zoonoses. Porém, nesses lugares, alguns adolescentes não gostavam das atividades que desenvolviam, pois as achavam sobrecarregadas, uma vez que, no hospital, eles ficavam na lavanderia e, no Centro de Zoonoses, faziam a limpeza e cuidavam dos animais.

Na maior parte das instituições, era visível a falta de entendimento e de compromisso com a efetividade das medidas socioeducativas. Em algumas instituições, os adolescentes ficavam ociosos, apenas “cumprindo horário”. Muitas vezes, eram colocados nas portarias, sob vigilância dos porteiros, e passavam a manhã ou tarde sem realizar nenhuma atividade que os fizesse se sentir útil, ou melhor, que condissesse com a função pedagógica da PSC. Observamos, pois, que eram raras as instituições que tinham equipes ou profissionais habilitados para lidar com tais medidas.

Durante nossa experiência e observação, apenas uma instituição nos chamou bastante atenção, positivamente; foi o CRAS Três Irmãs, onde uma profissional se mostrou bastante preocupada em inserir os adolescentes que ali iriam prestar serviços em atividades nas quais tivessem contato com as pessoas e que os fizessem se sentir “valorosos”, inseridos e capazes de exercer atividades de responsabilidade. A nosso ver, o fato da maioria das instituições

⁵ O diário de campo consiste em uma forma de registro de observações, comentários e reflexões para uso individual do profissional e do aluno (FALKEMBAC, s.d. *apud* LIMA; MIOTO; DAL PRÁ, 2007).

⁶ Vale destacar que tais demandas não foram demandas institucionais postas ao Serviço Social, as mesmas não eram visualizadas pela instituição e se apresentaram como demandas do usuário, porém, também não eram “formalizadas” pelos mesmos; conseguimos captá-las na própria dinâmica de acompanhamento das condições de vida e de atendimento aos adolescentes.

excluir ainda mais os adolescentes, os deixando ociosos, isolados e, ou vigiados, compromete seriamente os propósitos sociopedagógicos e ressocializadores da medida de PSC.

Mas, não podemos culpabilizar exclusiva e individualmente os profissionais destas instituições que “se negam” a aceitar a PSC, pois, eles têm suas motivações, receios, visto que estão inseridos em bairros onde o índice de criminalidade é alto, o que os deixa temerosos, com relação à sua segurança e de seus usuários, bem como não existe um programa ou projeto que trabalhe com esses profissionais e instituições, para esclarecer a respeito dos objetivos das MSE, em especial a PSC, ou capacitá-los para trabalhar com tais demandas.

Durante nossas Visitas Domiciliares, pudemos observar nos bairros em que vivem os adolescentes em cumprimento das MSE's que predomina a condição de vulnerabilidade social, expressa na exclusão pela pobreza, falta de acesso às políticas públicas, violência familiar ou por parte de outros grupos, situações que representam risco pessoal e social. Nesses bairros, encontramos muitas crianças na rua, por longos períodos, as quais, mesmo nas proximidades de suas casas, estão sujeitas a muitos riscos, inclusive ao aliciamento para o crime. A nosso ver, essas crianças não são alcançadas por políticas e ações públicas e convivem com a falta de estrutura nas escolas, o que afeta na qualidade do ensino e desestimula a criança ou adolescente; falta de espaços de lazer gratuitos, não acesso a atividades culturais; a falta de recursos da própria família, que não possui renda para proporcionar momentos de lazer pagos, dentre outros fatores que contribuem para a vulnerabilidade.

As expressões da Questão Social podem ser facilmente inferidas como subjacentes às demandas que se apresentam ao CREAS II. Nos casos de MSE, observamos que há também uma íntima interação com o histórico de violações de direitos que envolvem as famílias dos adolescentes, principalmente, as expressões do desemprego ou subemprego e baixa renda, o que afeta toda a família e os deixa vulneráveis a outras situações, as quais oscilam desde a recorrência às práticas de roubo ou furto e de drogadição, até a submissão de crianças e adolescentes à exploração do trabalho infantil⁷ e, ou ao abuso e à exploração sexual⁸.

Além disso, outro índice preocupante é o número de adolescentes fora da escola e que não desejam retomar os estudos, mesmo nos casos em que se trata de uma medida protetiva, de matrícula e frequência obrigatórias, por determinação judicial; muitos afirmam

⁷ Trabalho infantil é toda forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida, de acordo com a legislação de cada país.

⁸ O abuso sexual pode acontecer de diversas maneiras, seja com ou sem contato físico. Já a exploração sexual é caracterizada pela relação sexual de uma criança ou adolescente com adultos, mediada pelo pagamento em dinheiro ou qualquer outro “benefício”.

não gostar e não querer retomar os estudos. Sabemos que por trás disso existem vários motivos para esse afastamento da escola, pois, a mesma não está sendo atrativa para seus alunos, na sua maioria não existe estrutura adequada, pois, a educação pública está sofrendo um sucateamento, reflexo de um conjunto de contrarreformas que vem afetando várias políticas públicas em nosso país. Dessa forma, nenhum adolescente, principalmente os que estão em cumprimento de MSE se sente acolhido, nem tão pouco valorizado no ambiente escolar, o resultado é a evasão escolar.

Um fator também relevante para a não efetivação das medidas é a falta de compromisso dos próprios adolescentes. Quando se trata de PSC, muitas vezes, eles não comparecem ao local onde prestam serviço, sem justificar, quando só podem ter cinco faltas; têm desentendimentos dentro da instituição, ou não cumprem com as atividades propostas etc.; em casos de LA, eles não comparecem ao CREAS para o acompanhamento com a equipe, faltam aos encontros semanais do Grupo Focal (GF)⁹, fato que dificultou, inclusive, a execução do nosso projeto de intervenção, devido ao número reduzido de adolescentes.

A nosso ver, essas faltas frequentes, principalmente dos adolescentes que deveriam participar do GF, deveriam ser mais bem acompanhadas e mesmo coibidas pelo CREAS II; no entanto, vale relatar que, quando iniciamos o estágio, o CREAS II atendia apenas os casos de MSE e os outros CREAS, I e III, atendiam os casos de Violação de Direitos, mas houve uma mudança que redistribuiu tanto os casos de MSE, como os casos de Violação de Direitos, para as três unidades da cidade, de acordo com a área de abrangência de cada uma. Ou seja, a demanda aumentou muito, pois a cada dia chegavam novos casos de direitos violados e os profissionais tinham que dar conta, fazer visitas, fazer os encaminhamentos, bem como entregar relatórios e pareceres, dentro de um prazo determinado, que também foi uma mudança proposta pela Vigilância Socioassistencial, para dar celeridade aos casos. Essas mudanças implicaram na redução do tempo necessário ao devido acompanhamento dos socioeducandos, inclusive no que diz respeito às suas faltas no GF.

Além disto, nesta reestruturação, houve outra mudança bastante significativa: a exigência da presença de um assistente social (AS) em todas as visitas domiciliares. Estas antes eram realizadas por qualquer um dos técnicos de referência de cada caso do CREAS; mas, com essa determinação, mesmo que seja uma visita que necessite da psicóloga ou da advogada, a assistente social também deverá acompanhar, para fazer o parecer social.

⁹ O Grupo Focal é um grupo já formado, no CREAS, de adolescentes que cumprem MSE de LA, alguns também acumulam com PSC. A equipe do CREAS insere os adolescentes que tem “perfil de grupo”, para compor o mesmo.

Acreditamos que – ao tempo em que esta mudança implicou em uma nova sobrecarga nas atribuições dos ASs – foi também um reconhecimento da importância deste profissional e de que, ao contrário do que ouvimos de outra técnica da equipe, não é “qualquer pessoa que pode desempenhar o papel do assistente social”.

Outra questão que dificulta o funcionamento das instituições receptoras dos socioeducandos, inclusive discutida em uma reunião na Vara da Infância e da Juventude, são as demissões que ocorrem no início do ano, por mudança de gestão, devido às quais as instituições praticamente param, o que gera um atraso ainda maior no andamento de todos os processos de PSC e LA. Este é, a nosso ver, um processo de precarização do trabalho, que repercute no atendimento à população, que, conseqüentemente, usufrui plenamente de seus direitos.

Através da nossa observação, dos registros no diário de campo e com base nos prontuários do CREAS-II, fizemos um pequeno levantamento acerca do perfil dos adolescentes que cumprem MSE na instituição¹⁰ e, em linhas gerais, pudemos perceber que a ampla maioria dos adolescentes que cumprem as MSE é do sexo masculino (81%) e também a maioria deles tem menos de 18 anos (62%). Quase a metade dos adolescentes (48%) não frequenta a escola e quatro deles vivem em relação marital, enquanto seis desenvolvem alguma atividade de trabalho, sendo que apenas um tem carteira assinada.

Cinco desses adolescentes vivem em famílias que recebem menos que um salário mínimo, sendo duas delas dependentes, exclusivamente, do Programa Bolsa Família. Quatro adolescentes vivem em famílias que recebem entre um e dois salários mínimos, enquanto sete vivem em famílias que recebem rendimentos superiores a dois salários mínimos. Os demais adolescentes (cinco) não declararam a renda da família ou declararam que não dispõem de qualquer rendimento.

Das medidas socioeducativas aplicadas a estes adolescentes, nove são de PSC, três de LA, oito cumulam PSC e LA, dentre estes, um adolescente recebeu a PSC e LA, e outras três PSC, e uma recebeu LA cumulada com medidas protetivas. Podemos destacar que nove desses adolescentes afirmam fazer uso de psicoativos.

¹⁰ Este perfil foi construído, prioritariamente, a partir de dados coletados dos prontuários de 21 adolescentes em cumprimento de MSE, além das observações realizadas durante alguns acolhimentos para preenchimento dos mesmos. Como esses prontuários ainda não estão completos, falta algumas informações, pois, quando o adolescente comparece sozinho ao CREAS, ele não sabe informar, por exemplo, a renda familiar, ou se recebe algum benefício social. Muitas vezes, no primeiro atendimento, colhem-se poucas informações, com o intuito de ir completando o cadastro da família aos poucos, mas, em alguns casos acaba este não sendo finalizado.

Estes dados nos mostram que a grande maioria dos socioeducandos é do sexo masculino, confirmando o relatório anual da instituição, sendo perceptível, inclusive no GF, a pequena ou nenhuma presença feminina. A maioria deles está fora da escola, uma quantidade significativa, tendo em vista que estão em idade escolar e que muitos não concluíram sequer o ensino fundamental.

A medida mais aplicada é a PSC, daí também se explica a dificuldade na inserção destes adolescentes para cumprir a medida, pois algumas instituições têm dois ou mais adolescentes prestando serviço e, não comportam mais.

Retornando aos dados de observação e, considerando a existência de um único caso – talvez o primeiro – de uma transexual¹¹ compor o conjunto dos adolescentes em cumprimento de MSE no CREAS II, nos chamou atenção o fato de que esta única transexual foi mantida fora das atividades do GF de adolescentes, devido ao fato da Equipe Técnica ainda não saber ela própria lidar com a situação e, também, temer que a adolescente sofresse preconceito e *Bullying*. Chamou-nos atenção, também, nas visitas domiciliares – como já ressaltamos e ratificamos os dados do perfil – a frequente e, muitas vezes, conflituosa, convivência dos adolescentes com seus avós. A partir dessas duas observações, identificamos a necessidade de trabalhar no Grupo Focal os temas das Relações Intergeracionais e dos Direitos LGBT's, sobre o que discorreremos a seguir.

4. RESSOCIALIZANDO OS ADOLESCENTES PARA UMA CONVIVÊNCIA RESPEITOSA COM A VELHICE E A DIVERSIDADE

Nosso Projeto de Intervenção – **Intervenção Sócio Pedagógica no CREAS II: ressocialização de adolescentes e questões contemporâneas**¹² – foi desenvolvido no próprio CREAS-II, onde realizamos atividades junto ao Grupo Focal de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida.

Considerando demandas específicas identificadas através da Observação do cotidiano institucional, conforme já referimos anteriormente, nosso Projeto teve o Objetivo Geral de **Contribuir com o processo de ressocialização dos adolescentes em cumprimento**

¹¹ Este caso diz respeito a uma mulher trans, assim ela se identifica, ou seja, ela nasceu com o sexo biológico masculino, mas está no processo de transição, pretende mudar o nome e fazer a cirurgia de mudança de sexo.

¹² Projeto elaborado por: Alexia Prutusca, Claudineide Soares, Janyne Teixeira e Vanessa Pereira, sob orientação da profa. Dra. Sheyla Suely, Supervisora Acadêmica, e da Supervisora de Campo Helene Dantas. Vale referir que o projeto foi submetido à apreciação e aprovado pela Coordenação do CREAS II.

de **Medida Socioeducativa, numa perspectiva de fortalecimento de seus vínculos intergeracionais e de convivência respeitosa e democrática com as pessoas idosas e pessoas LGBTQs** e, para tanto, buscou, como principais objetivos específicos, conhecer o perfil dos adolescentes; promover um debate qualificado sobre as temáticas do idoso e das pessoas LGBTQs e seus respectivos direitos; desenvolver diversas atividades sociopedagógicas (palestras, oficinas, vídeos, dinâmicas etc.) sobre essas temáticas e, por fim e mais importante, nosso Projeto pretendeu, como desdobramento de sua execução, estimular nos adolescentes posturas de respeito às pessoas idosas e às pessoas LGBTQs, com vistas a contribuir com o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários. O desenvolvimento do projeto veremos agora.

4.1 Discutindo Relações Intergeracionais no Grupo Focal

Em nosso dia-a-dia, podemos perceber que, muitas vezes, o idoso é excluído do contato com outras gerações, fato que contribui para o isolamento social e o esvaziamento das relações intergeracionais. É muito importante que as relações intergeracionais na família sejam estimuladas, visto que a mesma envolve gerações distintas e, muitas vezes, têm um convívio conflituoso, por terem visão de mundo diferente. O artigo 3º do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003, grifos nossos) destaca que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e **à convivência familiar e comunitária**.

O Brasil, antes considerado um país jovem, hoje passa por um processo de “envelhecimento populacional”, pelo qual aumenta cada vez mais o número das pessoas maiores de 60 anos. Segundo Mercadante *et al* (2010, p.3, apud SILVA, 2014, p.13):

No Brasil, o número de pessoas com mais de 60 anos, passou de 3 milhões em 1960 para (...) 14 milhões em 2002, apresentando um aumento de 500% em quarenta anos. As projeções demográficas apontam para 32 milhões de idosos brasileiros em 2020, 15% da população do país, colocando o Brasil no sexto lugar do ranking mundial de países com maior número de velhos.

Tendo em vista que a população está envelhecendo e várias gerações precisam conviver no mesmo tempo e espaço, é preciso mudar a concepção que a sociedade tem do ser “velho”, pois a maioria das pessoas tem uma visão negativa, com relação à velhice. Dessa

forma, é de grande relevância aproximar as gerações, em especial no caso dos adolescentes que cumprem MSE, pois, os conflitos intergeracionais contribuem para o enfraquecimento dos vínculos familiares; tentar recuperá-los e, ou estimulá-los contribui com o fortalecimento desses vínculos e é uma atribuição específica da Proteção Social. Foi nessa perspectiva que, na execução de nosso Projeto de Intervenção, pensamos em cada dia de atividades com o GF, de maneira tal que a discussão fosse proveitosa e que cumprisse com os objetivos de ressocialização e de fortalecimento de vínculos, comunitários, intergeracionais e familiares.

O primeiro dia de atividades do Projeto com o Grupo Focal de adolescentes foi 16 de novembro e teve início, aproximadamente, às 09h30min. Estavam presentes cinco adolescentes, todos do sexo masculino, as quatro estagiárias, divididas em suas funções¹³ e nossa Supervisora Acadêmica; também contamos com a colaboração do oficinairo¹⁴ do CREAS para preparar o ambiente e o tema discutido foi Relações Intergeracionais. Iniciamos com uma dinâmica de entrosamento, deixando claro, desde já, que todos os demais encontros também foram assim iniciados, objetivando entrosar os adolescentes entre eles e com nossa equipe, para assim o encontro fluir melhor.

Após a dinâmica, anunciamos o tema do encontro e, surpreendentemente, os adolescentes se mostraram interessados no mesmo, vale referir que dois deles foram criados pelos avós e os têm como pais e os demais também têm convívio com idosos. Em outra dinâmica, agora abordando o tema central do encontro e com o objetivo de percebermos a ideia que eles tinham sobre a pessoa idosa, pedimos para que eles completassem a frase: “ser idoso é...”; dois deles expressaram que era ter experiência de vida, outro, que idoso precisa de ajuda; falaram das dificuldades que eles enfrentam. De modo geral foram visões positivas, pois eles se referiam ao idoso como quem tem experiência, quem precisa de ajuda, sempre demonstrando respeito à pessoa idosa, inclusive, um deles escreveu: “voção te amo”. Mas, não sabemos até que ponto eles reproduziram o discurso por nós esperado, pois, nas entrelinhas também comentavam que “tem idoso que é chato” etc.

Em seguida, apresentamos um vídeo de curta metragem – “Invisibles”. O curta mostrava pessoas idosas que, diariamente, passavam despercebidas pelos mais jovens. Tivemos o intuito de fazê-los refletir se “enxergamos” os idosos ao nosso redor e como os

¹³ A cada semana fazíamos um revezamento na função de cada estagiária; eram duas coordenadoras (ficavam à frente do grupo), uma relatora (observava e posteriormente fazia o relatório do dia) e um apoio (que colaborava no desenvolvimento das atividades).

¹⁴ A função de oficinairo no CREAS II é de realizar atividades com os adolescentes, oficinas de jardinagem, por exemplo, como fizeram no CREAS, produzir artigos de artesanato com material reciclável, diversas atividades para que os adolescentes desenvolvam habilidades e interajam com o grupo e com a comunidade.

tratamos, eles absorveram bem a mensagem e, no debate, além de descreverem o que assimilaram, fizeram relatos da convivência com seus avós. Foi discutido o *bullying* na terceira idade¹⁵, com a finalidade de colocá-los em situação de igualdade com os idosos, mostrando que ambos sofrem discriminação e são desrespeitados, muitas vezes por parte de sua própria família; eles concordaram que os idosos sofrem esse tipo de agressão e citaram exemplos.

Logo depois, foi realizada uma dinâmica de simulação da pessoa idosa, dois adolescentes foram sorteados para simular, já que ninguém do grupo se habilitou espontaneamente. Foi colocado gases nos olhos e nos joelhos, para diminuir a visão e os movimentos, luvas nas mãos para diminuir o tato e, em seguida, pedimos para que eles realizassem tarefas como colocar a linha na agulha, com a visão e o tato comprometidos, subir em uma cadeira para trocar uma lâmpada, sem poder dobrar o joelho etc. Os adolescentes que participaram relataram a sensação de se sentir limitado, um deles ainda conseguiu colocar a linha na agulha, mas o outro não e ambos não conseguiram realizar as demais tarefas. O objetivo foi justamente fazer com que eles sentissem “na própria pele” a limitação cotidiana que diversos idosos enfrentam, para que desenvolvessem empatia com aqueles idosos que as vivenciam.

Em seguida, foi feita a avaliação do encontro; para isto, utilizamos três tipos de plaquinhas com *emoticons*¹⁶ que representam “BOM”, “RUIM” e “DÚVIDA”; todos os adolescentes levantaram a plaquinha “BOM”, avaliando positivamente o encontro. Antecipamos, desde já, que todos os cinco encontros foram avaliados pelos adolescentes, unanimemente, com as plaquinhas de “BOM”.

Neste encontro, avaliamos que os adolescentes foram participativos e aparentaram aceitar com satisfação as atividades propostas, houve uma predominância de representações positivas da pessoa idosa e o mais importante é que cumprimos com o caráter pedagógico das MSE's, pois, segundo Magalhães (2000, p.153, apud CARVALHO, 2012, p.84), “aproximar gerações é objetivo do trabalho social que busca quebrar barreiras geracionais, eliminar preconceitos e vencer discriminações”. Nesta perspectiva, cremos que contribuímos com o fortalecimento dos seus vínculos intergeracionais e, através deles, com o fortalecimento dos vínculos familiares dos socioeducandos, atendendo às prerrogativas das MSE e da PNAS.

15 O *bullying* na terceira é caracterizado por qualquer agressão física ou verbal, praticada contra a pessoa idosa, seja por parte da família ou por estranhos.

16 É uma carinha humana (figurinha) que representa emoções positivas ou negativas de acordo com o momento. São muito utilizadas nas redes sociais. E optamos por este recurso devido a familiaridade que os adolescentes têm com essas novas linguagens.

No segundo dia de intervenção, 23 de novembro, estavam presentes as quatro estagiárias, a Supervisora Acadêmica e, do CREAS II, contamos com a colaboração da advogada, que contribuiu com a discussão relacionada aos direitos dos idosos e, na nossa avaliação, o fez de forma bastante satisfatória aos propósitos do Projeto.

Iniciamos as atividades com a dinâmica de entrosamento, segundo a qual, eles deveriam desenhar um boneco, imaginando ser uma pessoa, depois de pronto, foram orientados a desenhar um balão saindo do coração do boneco, no qual escreveriam uma paixão do boneco; em uma das mãos, outro balão, com algo que ele precisava receber; em um pé, uma meta (desejo/sonho) e, no outro pé, o que o boneco precisava fazer para alcançá-la. Quando finalizaram, foi pedido para cada um apresentar seu personagem; a paixão do primeiro boneco eram os filhos; ele precisava de um carro, e sua meta era “vencer na vida” e, para isso, precisava acreditar em Deus e ter força de vontade. O segundo colocou o nome de seu personagem: “Viajoso”; sua paixão era a mãe, precisa viajar, sua meta era ter uma família e ser feliz e, para isso, precisava trabalhar. O nome atribuído ao terceiro personagem foi “Zumba”, sua paixão era jogar bola, precisava de dinheiro, sua meta era ir à Jamaica e, para isso, também precisava de dinheiro.

Em seguida, era para identificar as semelhanças do personagem com eles próprios. Todos afirmaram não ter muitas semelhanças com o personagem, um afirmou que a semelhança era apenas o fato de gostar da mãe, outro que era gostar de jogar bola. O objetivo desta dinâmica era exatamente aprofundar a percepção de si mesmo; perceber as motivações que interferem nos pensamentos, sentimentos e ações. Observamos que a família apareceu de forma predominante como suas paixões, como meta o que mais se destacou foi o dinheiro e, ou o que se pode conseguir com ele; como viagens, carro etc., bem como era condição para que eles atingissem suas metas. Ou seja, embora os adolescentes demonstrassem apego à família, os desejos atrelados ao mercado se sobrepõem a esse sentimento, a nosso ver, isso é reflexo da sociedade de consumo na qual vivemos e à qual, estimulados pela lógica do modo de produção capitalista, estes adolescentes também estão submetidos.

Exemplo disso foi um detalhe que chamou atenção em um dos desenhos, um símbolo de uma marca de tênis e roupa. Pode-se perceber o “deslumbramento” que muitos deles têm com relação ao desejo de consumo de marcas famosas, fato que, inclusive, pode ser levado em consideração ao se tratar dos fatores que conduzem estes adolescentes a praticarem algum ato infracional, o roubo ou furto, por exemplo, tendo em vista que a sociedade, através de uma

política “brutal” de propaganda, estimula ao consumo de certos produtos “de marca”, mas não lhes oferece, nem às suas famílias, as condições necessárias para adquiri-los.

Finalizado esse primeiro momento, deu-se início à construção de dois cartazes; um com imagens representando a garantia dos direitos dos idosos e outro com a violação dos direitos dos mesmos, para que ficasse bem claro para deles o que é direito e o que é a violação deste. No cartaz de garantia de direitos, eles representaram o direito ao lazer, através de uma foto de idosos reunidos, conversando. Nas palavras de um deles, apresentaram “uma velhinha se tratando”, como representação do direito à saúde e, finalmente, a foto de pessoa idosa junto ao prato de comida, como direito à alimentação, neste momento, um deles enfatizou que este era um direito de todos. No cartaz de violação de direitos, a violência contra o idoso foi representada, na fala de um deles, por uma foto de “um cara roubando o idoso”; noutra foto, o idoso trabalhando foi interpretado como uma violação do seu direito à aposentadoria e outro adolescente falou “ficam tirando foto do idoso e publicando”, como se criticasse – embora não tivesse muita clareza – a violação à propriedade de imagem. Essa atividade foi bastante positiva, pois deixou claro para eles o que é direito e o que é a violação desse direito, não apenas do idoso, mas de todos¹⁷.

Logo em seguida, iniciamos a apresentação de um álbum seriado, que continha as principais informações com relação aos idosos, desde a idade que a pessoa é considerada idosa, seus direitos, as principais violações, até a forma de denunciá-las, além de algumas “curiosidades”, expressas através do jogo de “mito ou verdade?”. Durante a discussão, um adolescente relatou uma violência sofrida por um idoso da sua rua e falou: “mas os caras resolveram: deram um pau nele”, referindo-se ao fato dos moradores do bairro ter “punido” o filho do idoso que praticou a violência contra o mesmo. Aqui, a advogada interveio, dizendo que não se pode enfrentar um crime com outro crime, “fazer justiça com as próprias mãos” e que o certo seria a denúncia.

Com relação ao dever de todo e qualquer cidadão denunciar a violência ou negligência contra o idoso, ficou nítido o receio de todos, um deles disse “não pode denunciar não, senão os caras pegam a gente e matam, são barra”; outro falou “meu coração chega esfriou em falar de denúncia”. Com esses relatos foi possível identificar a questão do poderio, de quem “manda no pedaço”, nas relações locais. A advogada e toda a equipe reforçaram a necessidade e a segurança da denúncia através do disk 100.

¹⁷ Antes de iniciarem esta atividade eles perguntaram o que era violação de direitos e no fim do encontro disseram que era violação de seus direitos se extrapolasse o horário do fim. Com isso tivemos a confirmação que eles apreenderam bem tal conceito.

Uma das questões levadas como “mito ou verdade” foi quanto às mulheres viverem, em média, sete anos a mais que os homens, o que se desdobrou em uma boa discussão. Nessa oportunidade, a supervisora acadêmica destacou quatro motivos que especialistas vêm indicando como responsáveis pela morte prematura dos homens: o fato deles não terem o hábito de ir aos médicos e cuidarem da saúde; o fato deles serem os que mais praticam esportes radicais; o tipo de infração fatal que os homens cometem no trânsito, enquanto as infrações das mulheres não causam morte e, finalmente, o fato de os homens aderirem mais que as mulheres ao “mundo da criminalidade”, onde a expectativa de vida é menor.

Enfim, durante a apresentação do álbum, os adolescentes interagiram bastante na discussão, citando exemplos, tirando dúvidas, e, tanto nossa Supervisora quanto a advogada do CREAS também colaboravam, esclarecendo dúvidas e também exemplificando. Também na aplicação do jogo “mito ou verdade” eles aprenderam e participaram de forma bastante divertida. Na nossa avaliação, ambos os recursos didático-pedagógicos – álbum e jogo – tiveram resultados muito proveitosos, pois, a participação dos adolescentes foi muito boa, havendo boa interação do grupo entre si e, também, mostravam-se à vontade, expressando confiança na equipe de estagiárias e supervisoras. Também as intervenções da advogada foram bastante construtivas e compatíveis com a perspectiva de nossa atuação profissional e ético-política; e, por fim, a apropriação dos conceitos atinentes aos idosos e seus direitos pelos adolescentes foi visível e a avaliação que fizeram do encontro foi boa.

O terceiro dia de intervenção com os adolescentes foi dia 30 de novembro e compareceram quatro adolescentes. Além das quatro estagiárias, contamos com a presença da nossa supervisora acadêmica, com o apoio doicineiro e a presença da professora Aparecida Nunes (Cida), do Curso de Serviço Social da UEPB, para dar sua contribuição no último dia de discussão sobre a temática do idoso¹⁸; sua exposição foi riquíssima, cheia de informações relevantes e atuais.

Através de um diálogo com os adolescentes e da apresentação de dados, a primeira parte da discussão da Professora Cida podemos resumir nos seguintes elementos: o envelhecimento é um processo biosociocultural e a velhice é um estágio em que estamos na condição de ser velho; por isso, a velhice não é só biológica, ela também é social, porque não sabemos como será o nosso envelhecimento, e é cultural, porque cada sociedade tem sua

¹⁸ O convite à professora Cida Nunes considerou seu acúmulo teórico sobre o tema, visto que, não apenas o seu TCC foi sobre Envelhecimento Humano, como também publicou diversos artigos sobre a temática, tendo, inclusive, artigo premiado em evento internacional como melhor artigo na área das ciências sociais aplicadas.

concepção de velhice. Por esses motivos, a velhice se apresenta, portanto, de forma diferenciada em cada local, a exemplo de Serra Leoa, dentre outras países da África, onde a população não ultrapassa 30 anos de idade, visto que lá a maior parte da população se encontra abaixo da linha da pobreza e não tem acesso à alimentação adequada, água etc.

Cida indagou sobre as relações intergeracionais: o que aproxima o jovem do idoso e o que distancia? Como vem se dando a relação entre o jovem e o idoso, mas se isso não vem se dando o que está acontecendo? Ela mesma responde, colocando o jovem em pé de igualdade com o idoso, visto que os dois segmentos vêm sofrendo violações de direitos. A professora destacou ainda que o velho nessa sociedade é descartado, desvalorizado, tendo em vista que não produz mais, não dá lucro, mas o idoso tem conhecimentos que estão fora das universidades, falam coisas que não vivemos, é exemplo de experiência, memória viva, mas nossa sociedade não valoriza. Valorizam os jovens, não todos, mas sim determinados traços da juventude. No entanto, a velhice de cada um será diferente, a mesma será resultado de nossa trajetória de vida.

Depois, a professora Cida passou quatro quadros de mão em mão, para que os adolescentes dissessem o que estavam vendo; o primeiro era uma foto que representava quatro gerações, um adolescente disse que era tipo uma retrospectiva, outro disse que a mulher era nova e foi envelhecendo, a professora riscou o rosto das pessoas e um disse: ela morreu, não vive mais, os demais nada falaram. Cida explicou que somos sujeitos em processo de transformação, todos vamos envelhecer, então, o que nos resta é lutar por direitos. Falou ainda que o Brasil ocupa o 2º lugar na realização de cirurgias plásticas e o 3º que mais consome produtos de beleza, tudo isso para tentar esconder a idade, mascarar-la. A professora fez mais esclarecimentos, questionamentos, através de dados etc. e concluiu a discussão desse primeiro quadro dizendo que, em larga medida, nós temos grandes preconceitos sobre a velhice. E explicou alguns elementos que deveriam constituir o Contato Intergeracional: convívio social e político; combate ao preconceito; luta por direitos.

O segundo quadro representava a imagem de uma senhora negra, nua; o terceiro, de uma senhora branca com tatuagens e, por último, a imagem de uma senhora negra, robusta, nua, sem expor suas partes íntimas. Os adolescentes não se expressaram com palavras, um deles sequer olhou a última imagem, fato percebido pela orientadora acadêmica, que pediu que voltasse a imagem para que todos olhassem novamente, mais uma vez ele passou a imagem sem observar. A professora Cida questionou porque todos acham linda a nudez de uma jovem e não de uma pessoa idosa? Porque o idoso não pode namorar? Etc. isso suscitou

um debate, pois um jovem disse, em tom de ironia, que sua avó gostava de se arrumar, colocar batom etc. como se ela não pudesse fazê-lo. A professora concluiu agradecendo o convite e oportunidade de estar ali e falar sobre uma temática tão relevante e que deve ser tratada com respeito por todos.

Em seguida, numa perspectiva de avaliar se os adolescentes absorveram os conteúdos dos encontros e, promover uma “fixação de todos os conteúdos trabalhados sobre o tema”, através de uma ação mais lúdica, realizamos um jogo chamado ludo, simulando uma corrida, através de perguntas e respostas diretas e questões do tipo “certo ou errado”, além de algumas “pegadinhas”, no formato de pequenas prendas a serem pagas ou respondidas ao longo da “estrada” desenhada em folhas de cartolina.

Foram dois grupos de dois componentes, os mesmos prosseguiram no jogo de acordo com a jogada do dado e ao passo que acertavam as questões. Foi bastante divertido o jogo, bem como pudemos perceber a apropriação do tema por parte deles, principalmente de conceitos, a exemplo de violação de direitos, eles não souberam dizer claramente o que é, mas deram exemplos. O grupo que estava ganhando caiu numa casa que pedia para propor que a outra equipe dançasse uma ciranda, alguns adolescentes perguntaram “o que é ciranda” e, depois de explicado e mesmo liberado que dançassem qualquer tipo de dança, eles preferiram continuar perdendo a dançar.

Toda a equipe ficou satisfeita, pois percebemos que o nosso trabalho surtiu efeito e deixou algum aprendizado para os socioeducandos, bem como os próprios adolescentes demonstraram que estavam satisfeitos com nossos encontros. Pois, o último momento foi para os adolescentes avaliarem o encontro e um deles relatou: “por mim vocês ficariam mais três meses, até eu terminar a medida”.

Lembrando que, durante a realização do ludo, um dos grupos preferiu perder a vez de jogar apenas para não “pagar a prenda” proposta, e um dos adolescentes ter perguntado o que era uma ciranda; propomos dançar uma ciranda, apesar de não termos previsto no Projeto, mas tendo por objetivo entrosar mais o grupo e quebrar preconceitos existentes. De início, os adolescentes resistiram, mas acabaram todos dançando, superando suas timidez, fortalecendo seus vínculos de grupo, vivendo um momento descontraído que com certeza vai ficar em suas memórias. Terminamos essa primeira etapa, da discussão sobre idoso, a próxima será com a discussão sobre direitos LGBTs, a primeira teve boa aceitação, a segunda veremos agora.

4.2 Discutindo Direitos LGBTs no Grupo Focal

A discussão sobre os direitos LGBTs é de grande relevância, visto que é uma temática extremamente contemporânea a nível mundial, bem como é um debate travado no Serviço Social, que faz “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p.18); defende a garantia dos direitos humanos e das minorias e repudia qualquer forma de discriminação.

No que se refere ao Brasil, os direitos garantidos em lei à população LGBT são muito incipientes; diferentemente de países como a Argentina, por exemplo, a legislação brasileira não reconhece o direito à mudança de nome e sexo sem a necessidade de um processo judicial¹⁹, o que favorece a ocorrência de situações discriminatórias e opressões (CFESS, 2016, p.14). O preconceito, principalmente relacionado aos LGBTs, é frequente em nosso país. A homofobia e a transfobia²⁰ são exemplos claros disso. Os dados da violência contra as pessoas LGBTs evidenciam o quanto estão vulneráveis, pois, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), entre janeiro e setembro de 2017, foram registrados 277 homicídios de pessoas LGBTs no Brasil e, a cada ano, essa taxa de mortes ligadas à homofobia vem aumentando (GGB <http://www.ggb.org.br/>. Acesso em: 11/10/2017).

Com base nessas informações e com intuito de estimular o respeito a este segmento, em conformidade com o planejamento e cronograma do Projeto de Intervenção, realizamos dois encontros com o Grupo Focal acerca deste tema. O primeiro encontro sobre a temática dos direitos LGBTs foi realizado em 07 de dezembro de 2017. Iniciamos por volta das 9h15min, e estavam presentes cinco adolescentes. Além das quatro estagiárias e da Supervisora Acadêmica, também contamos com a presença da nossa Supervisora de Campo e do oficinairo do CREAS.

Após a dinâmica de entrosamento, objetivando evidenciar que pessoas historicamente discriminadas (negros, idosos, LGBTs etc.) têm seu valor e contribuem com a sociedade, bem como estimular o respeito aos direitos de todas as pessoas, visando reduzir e,

¹⁹ Uma decisão muito recente dos magistrados de João Pessoa e de Campina Grande garante o direito da troca do nome no registro civil de transexuais que não realizaram a transexualização. Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/autorizada-mudanca-de-genero-em-registro-civil-de-transexuais-que-nao-realizaram-transgenitalizacao.html

²⁰ “A HOMOFOBIA é o termo geral normalmente utilizado para se referir ao preconceito e à discriminação em razão de orientação sexual. A TRANSFOBIA é o preconceito e a discriminação em razão da identidade de gênero, contra travestis e transexuais”.

ou reverter posturas de preconceito, principalmente com relação aos LGBTs, foi realizada a dinâmica central do encontro, segundo a qual, em uma situação hipotética de que o mundo iria acabar, os adolescentes teriam que entrar em consenso e escolher cinco pessoas para salvar, escolhendo-as dentre nove envelopes que foram disponibilizados para eles, cada um apresentando externamente apenas os feitos (bons ou ruins) à humanidade de cada pessoa a ser possivelmente “salva”, sem revelar a identidade da pessoa.

Os cinco envelopes escolhidos foram os que diziam: (1) - Esta pessoa é muito alegre, humorista, atriz e participa de programas de TV; (2) - Esta pessoa ajudou a criar a técnica de cirurgia do coração; (3) - Esta pessoa inventou uma cirurgia que separa bebês que nascem colados; (4) - Graças a esta pessoa, hoje podemos usar computadores, celulares, facebook e whatsapp; (5) - Essa pessoa faz cirurgias gratuitas em países pobres da África. Depois de escolhidas é que foram apresentadas as pessoas e, dentre várias características apresentadas, destaca-se que uma era lésbica, dois negros, um gay e uma pessoa era transexual²¹.

Quando abrimos os envelopes e eles descobriram quem eram as pessoas que “salvaram”, debocharam, usaram termos pejorativos como: “Bicha”, um deles, ao terminar de ler e descobrir que seu personagem era gay, disse: “Oxe, era pra ir pro inferno”, ele foi questionado por que, e respondeu: “porque ele é gay”. Quanto aos personagens negros, não houve “alvoroço”, por outro lado, com relação aos demais, gays e lésbicas, houve muitos comentários preconceituosos. Em contrapartida, a equipe reforçou que, independente de cor, raça, sexo ou orientação sexual, essas pessoas deram imensas contribuições para a humanidade e merecem todo respeito e admiração. Perguntamos se agora, sabendo quem eram as pessoas, eles ainda as salvariam; um respondeu com outra pergunta: “e por que não?”, os demais calaram-se.

Em seguida, ainda com apenas as informações externas de cada envelope, eles teriam que escolher duas das pessoas que sobraram, como aquelas que eles “não salvariam de forma alguma”. Os envelopes escolhidos foram os que relatavam as seguintes descrições: (1) - essa pessoa foi responsável pela morte de mais de seis milhões de pessoas e (2) - essa pessoa defende que prisioneiros devem ser torturados. Ao serem abertos, revelaram que se tratava de Hitler e Bolsonaro. Foi explicado a eles quem era Hitler e, no debate, também lembramos que

²¹ As pessoas são nacional ou internacionalmente conhecidas: Cláudia Gimenes, humorista brasileira, declaradamente lésbica; Bem Carson, Cirurgião americano, negro; Vivien Thomas, marceneiro que ajudou a criar a cirurgia do coração, negro; o inglês Alan Turin, criador do computador, gay; e, a médica Marci Bowers, transexual.

Bolsonaro defende que presos deveriam ser torturados²². Eles entenderam e expressaram que – apesar desses dois personagens reais não apresentarem quaisquer características para serem tratados com preconceito – com qualquer um dos dois sendo salvos, “não seria bom para ninguém!”, conforme afirmou um deles.

Em conversas paralelas ao debate no próprio grupo, mais informais, os adolescentes disseram que respeitam, mas que não gostam dos gays que têm um jeito afeminado, como eles dizem: “amostrados”, que ficam se exibindo etc., respondemos que isso é da personalidade de cada um, da mesma forma existe pessoas, de todos os gêneros e orientações sexuais que são mais discretas, há outras que gostam de se exhibir mais e ressaltamos a importância de respeitar o outro; não somos obrigados a gostar, mas, temos o dever de respeitar a todas as pessoas, independente da orientação sexual; pois, todos são seres humanos e merecem ser tratados como tal.

Além do mais, ressaltamos que, conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988). E, também, todos nós sofremos preconceito, se não for pela cor ou sexo, é pela classe social, **pela idade**, pelo lugar onde moramos, se somos alto ou baixo demais, gordo ou magro etc. Logo, deveríamos acabar com esta prática do preconceito, pois todos perdem com ela.

Em seguida, apresentamos um vídeo – uma animação curtinha, “muda” – que conta a história de um menino que se apaixona por outro. Não imaginávamos que a reação dos adolescentes seria tão preconceituosa. Ficaram o tempo inteiro inquietos, se olhando, conversando e rindo. Um falou de forma bem irônica, “tem que ter respeito!”; outro disse: “era pra ter morrido”, se referindo aos personagens do vídeo apresentado. Outro falou: “eu deixava um filho meu assistir um desenho desses nada”. Teve vários outros comentários criticando, dizendo que era “seboso”, “pecado”, “safadeza” etc.

Apresentamos, então, um segundo curta que mostrava a reação de várias pessoas – homens, mulheres, crianças e até idosos – assistindo ao vídeo, com normalidade, achando bonito e até se emocionando. Mesmo assim, os comentários eram de extrema aversão. Um dos adolescentes falou que, por ser em outro país, era muito diferente, daí, comentamos que o Brasil é um país com uma diversidade enorme e, mesmo assim, muito preconceituoso, homofóbico, o que é bem mais grave; enquanto em vários outros países a diversidade é

²² O vídeo em que Bolsonaro faz esta afirmação está disponível em: <https://www.facebook.com/alberto.damasceno.12/videos/882292801938615/>.

tratada de maneira mais natural. Assim, encerramos este encontro, na verdade, perplexas com tão enorme preconceito arraigado naquele grupo de jovens, configurando a lgbtfobia.

O quinto e último dia de intervenção no Grupo foi realizado em 14 de dezembro de 2017, também sobre a temática dos “Direitos LGBTs”. Para este dia, havíamos convidado os Sres. Mário Wilson e Brenno Guilherme, ambos representando a Coordenação de Ações e Políticas para a População LGBT da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), para apresentar a Política Municipal de Atenção à População LGBT, em Campina Grande e proferir um debate sobre as “Demandas, necessidades e conquistas da população LGBT”.

Estavam presentes na atividade: nossa equipe de estagiárias atreladas ao Projeto e a Supervisora Acadêmica; representando a Coordenação de Ações e Políticas para a População LGBT, contamos apenas com a participação de Brenno Guilherme²³ e, da equipe do CREAS II, participaram nossa Supervisora de Campo, duas funcionárias, sendo uma delas também estagiária de Serviço Social de uma universidade privada, e, mais uma vez, o oficineiro²⁴. Iniciamos por volta de 9h40min, apenas com apenas dois adolescentes, mas durante a dinâmica de entrosamento chegaram mais dois.

Passamos a palavra a Brenno, ele explicou que era representante da Coordenação LGBT e questionou se alguém sabia o significado dessa sigla. Nenhum dos adolescentes respondeu, só um afirmou ter “ouvido falar”. Ele explicou o significado e, em seguida, passou um pequeno vídeo: “Tudo começa pelo respeito, uma campanha de todos nós”, a partir do qual foi discutindo com os adolescentes sobre o limite do respeito, que não podemos ultrapassar, para não ferir/agredir o outro. Depois, continuou falando sobre a Coordenação, seus objetivos e desafios. Em suas falas, Brenno buscava causar a empatia entre os adolescentes.

Num outro momento da discussão, Brenno explicou aos adolescentes as diferenças dos termos: Orientação Sexual; Identidade de Gênero e Sexo Biológico²⁵ e discorreu sobre os principais problemas que chegam à Coordenação em relação ao segmento LGBT, destacando os seguintes: o abandono familiar; a não inserção no mercado de trabalho e a consequente prostituição, como única saída de obtenção de renda e sobrevivência; evasão escolar precoce,

²³ Mário Wilson justificou sua falta, o mesmo estava participando de um evento, sobre a mesma temática, em João Pessoa.

²⁴ Tendo em vista que havíamos identificado dificuldades também da própria equipe técnica para lidar com a discussão LGBT, estendemos o convite de participação aos seus integrantes.

²⁵ O primeiro termo é a atração que as pessoas sentem, do que elas gostam, se é de homem ou de mulher, de forma didática é representada pelo coração. O segundo é como a pessoa se reconhece independente de como ela nasceu, representada pelo/a cérebro/mente. E o terceiro é o sexo que a pessoa nasce, ou seja, os órgãos genitais.

devido ao *bullying*/LGBTfobia; o não reconhecimento social e jurídico; condições precárias de moradia e, em muitos casos, a vivência em situação de rua; dentre outras.

Antes de concluir a atividade, Breno passou mais dois vídeos; um em que o Dr. Drauzio Varella ressalta a normalidade da homossexualidade²⁶ e critica a homofobia, e o outro onde, em duplas, várias pessoas trocavam beijos e carinhos por trás de um raio-x gigante, no qual todas eram vistas apenas como esqueletos, ou seja, não havia distinção, e, depois, elas se revelavam para o público, e essas pessoas eram casais que se relacionavam apesar de suas diferenças de idade, de raça ou etnia, bem como de peso e estatura etc. e casais das mais variadas combinações de gênero/sexo/orientação sexual: gays, lésbicas, trans etc.²⁷

Ao final da atividade, os adolescentes foram questionados por Brenno se já conheceram uma pessoa transexual e eles responderam que não e ainda complementaram que “também não tinham interesse em conhecer”; então, Brenno lhes informou que havia uma pessoa trans naquela reunião e eles ficaram muito curiosos em saber quem era. Após muitas indagações, Brenno revelou que ele é um homem trans e a reação dos meninos foi de muito espanto. Eles não acreditavam; um dos adolescentes verbalizou que, para ele, passaria totalmente despercebido, uma vez que Brenno tem barba e voz grossa. Outro falou que isso não é coisa de Deus e sim do demônio. Brenno, porém, respondeu – sempre com muita tranquilidade e cordialidade – que agredir as pessoas LGBTs, assim como qualquer outra, também não é coisa de Deus.

Ao final da atividade de Brenno, apesar de toda aversão ao tema, de toda demonstração de repúdio e das falas agressivas, todos os adolescentes cumprimentaram Brenno e um deles foi conversar com ele, sabendo que se tratava de uma pessoa trans, o que talvez não acontecesse se não tivesse participado das discussões, que ajudaram a quebrar o preconceito. Todos participaram, também, da confraternização organizada para celebrar o encerramento do Projeto e, por fim, todos os presentes posaram – com espontaneidade e naturalidade – para uma foto com Brenno, nosso palestrante convidado do dia.

²⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rqi-UTb9f9Y>

²⁷ O título do curta é *Love Has No Labels | Diversity & Inclusion | Ad Council* (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PnDgZuGhHs>).

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Ao término de nossa experiência no estágio pudemos perceber que este é um momento de grande relevância no processo de formação profissional, através do qual nos aproximamos da dimensão técnico-operativa e podemos apreender sua conexão com as demais dimensões do agir profissional: teórico-metodológica e ético-política. Este artigo possibilitou fazer uma sistematização do que foi esta rica experiência, desde o cotidiano na instituição até a elaboração e execução do Projeto de Intervenção. Este último realizado no Grupo Focal de adolescentes em cumprimento de MSE. Foram cinco encontros semanais, nas quintas-feiras; nos três primeiros trabalhamos as Relações Intergeracionais e, nos dois últimos, os Direitos LGBTs. Lembrando que tais temas foram escolhidos porque se apresentaram como demandas - não institucionais e não formalizadas - mas que identificamos a partir da observação realizada em campo.

No primeiro tema abordado, Relações intergeracionais, os adolescentes foram participativos, interagiram bem tanto entre eles como com a equipe de estágio, bem como apreenderam o conteúdo abordado de maneira satisfatória. Já a discussão sobre Direitos LGBTs não foi bem aceita, houve uma grande aversão à temática e se mostraram bastante preconceituosos. Entretanto, apesar da resistência dos adolescentes quanto à temática dos Direitos LGBTs, acreditamos que ficou a mensagem principal, que é a do respeito e que eles vão exercitar, nem que seja um pouco do que foi trabalhado; pois a experiência de execução do Projeto de Intervenção evidenciou o enorme potencial da profissão de Serviço Social em sua dimensão pedagógica, na perspectiva de fortalecer percepções de mundo que – tal como propõe nosso Código de Ética – superem posturas e práticas de preconceitos e opressões.

Portanto, terminamos nossa intervenção de estágio com a sensação de dever cumprido, tendo em vista que conseguimos trabalhar temas pouco abordados, com um debate qualificado e, principalmente, pelo fato de a temática do idoso ter sido tão bem compreendida e absorvida pelos adolescentes e, apesar de ter sido um pouco conturbada, a discussão da temática de Direitos LGBTs, ao final, os resultados também foram exitosos.

ABSTRACT

This article is a result of our experience of Supervised Internship in Social Work, at the Specialized Reference Center for Social Assistance II (CREAS II), in Campina Grande, PB, which makes up the Unified Social Assistance System (SUAS) and individuals who are at personal and social risk, providing services of medium complexity. One of the most characteristic services of CREAS II is the monitoring of socio-educational measures (MSE), applied to adolescents who have committed some infraction. The most frequent measures are: Community Service Provision (CPS) and Assisted Living (LA). During the observation period, we identified a number of adolescents living with their grandparents, many of whom presented conflicting relationships with them, and that adolescents and the technical staff themselves had difficulties in dealing with the new demands and the fulfillment of the rights of the LGBT segment. Thus, our Intervention Project - presented, approved and developed in CREAS II - had as objective: to contribute to the process of resocialization of adolescents in compliance with MSE, with a view to strengthening their intergenerational ties and respectful and democratic coexistence with people and LGBT people. In the execution of the Project, we held meetings on the themes of Intergenerational Relations and LGBT Rights, during which we carried out various socio-educational activities such as lectures, workshops, discussion groups, video presentations, among others. In our evaluation, the intervention was positive, as we promoted a qualified debate on the themes proposed and stimulated in adolescents positions of respect for the elderly and LGBT people, contributing to the strengthening of their family and community ties and, thus, contributed socio-pedagogical form with the fulfillment of MSE and with the resocialization of these adolescents, according to the legal framework that regulates MSE.

Keywords: Supervised Internship in Social Service. CREAS II. Socio-educational Measures. Intergenerational Relations. LGBT Rights.

6. REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS, Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABESS/CEDEPSS, 1996.

BOSCHETTI, I. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2ª. Ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 10/10/2017.

BRASIL. **Lei nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012 (Lei do SINASE). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília, DF, 2012.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social (PNAS) Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**; Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 19/10/2017

BRASIL, Porta Brasil; **Número de Centros de Assistência Social aumentou em 2016; 2017**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/04/numero-de-centros-de-assistencia-social-aumentou-em-2016>. Acesso em: 11/10/2017

CFESS/Guilherme Almeida; **Assistente Social no combate ao preconceito** (caderno 4 - transfobia); Brasília, DF: CFESS, 2016.

Iamamoto, Marilda Villela; **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**/ Marilda Villela Iamamoto. – 20. ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

Revista Textos e Contextos, Lima, Telma Cristiane Sasso de; Mioto, Regina Célia Tamaso; Dal Prá, Keli Regina; **A documentação no cotidiano da intervenção dos Assistentes Sociais: algumas considerações acerca do diário de campo**; 2007.

MADEIRO, Carlos Madeiro; **ONG aponta recorde de LGBTs mortos no Brasil em 2017**; "dói só de lembrar", diz parente; 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/25/brasil-tem-recorde-de-lgbts-mortos-em-2017-ainda-doi-diz-parente.htm>. Acesso em: 11/10/2017

Revista Portal, CARVALHO, Maria Clotilde Barbosa Nunes Maia; **Relações Intergeracionais Alternativa para minimizar a exclusão social do idoso**; 2012. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/revista-nova/index.php/revistaportal/article/viewFile/321/321>. Acesso em: 11/10/2017

Rudio, Franz Victor; **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

SILVA, Jéssica Amanda de Souza; **A representação do idoso em poemas para crianças**. Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado. Campina Grande, PB: UFCG, 2014.

SIMÕES, C. Curso de Direito do Serviço Social. (Biblioteca Básica do Serviço Social. V 03) São Paulo: Cortez, 2014.

SPOSATI, A. (Coord.) **Carta Tema: a assistência social no Brasil, 1983-1990**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SITES:

Emoticon. Que Conceito. São Paulo.

Disponível em: < <http://queconceito.com.br/emoticon> >. Acesso em: [27 de abril de 2018]

<http://www.ggb.org.br/>. Acesso em: 11/10/2017

<http://www.orangeag.com.br/voce-sabe-diferenca-entre-transfobia-e-homofobia/>. Acesso em 11/05/2018.

http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/autorizada-mudanca-de-genero-em-registro-civil-de-transexuais-que-nao-realizaram-transgenitalizacao.html. Acesso em 11/05/2018

<http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/O-que-e-trabalho-infantil-Rede-Peteca>. Acesso em 30/04/2018.

<http://www.abepss.org.br/quemsomos1>. Acesso em 30/04/2018.

[http://www.chidhood.org.br/entenda a diferenca entre abuso e exploracao sexual](http://www.chidhood.org.br/entenda-a-diferenca-entre-abuso-e-exploracao-sexual). Acesso em 30/04/2018.